

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Fiscalização de Pessoal
Divisão de Acompanhamento

Servidor: ELZA DIAS TOSTA DA SILVA
CPF: 203.743.307-78 - **Matrícula:** 1058169
Tipo de Ato: APOSENTADORIA - **Processo:** 270000473/2013
Cargo: Médico - Classe Especial - Padrão V
Número do Ato: 007543-9
Órgão de Origem: Sec. de Estado de Saúde (SES)

Senhor Diretor,

1. Examina-se, na oportunidade, o ato de aposentadoria da servidora em epígrafe.
2. O Controle Interno opina pela legalidade do ato.
3. Porém, precedeu a presente análise a Decisão TCDF nº 3.083/2018, que determinou ao órgão jurisdicionado que “preste circunstanciados esclarecimentos acerca do fundamento para o aproveitamento para fins de ATS do tempo de serviço prestado pela servidora à Administração Indireta Federal (período de 01.01.68 a 31.12.68), adotando, se for o caso, as providências necessárias com vistas a ajustar eventual falha detectada.”.
4. Em resposta, o órgão informou que:

“Em resposta à Diligência Plenária do TCDF (Decisão n. 3.083/2018), esclarecemos que a averbação do tempo prestado à Administração Indireta Federal em internato no período de 01.01.1968 a 31.12.1968 deu-se corretamente e de acordo com o Manual de Concessões Cíveis do TCDF - Resolução 299 de 10 de novembro de 2016, in verbis:

"Título VIII

Capítulo 2

Tempo de Serviço/Contribuição

Cômputo de acordo com a Lei nº 8.112/90

Páginas 77 e 78

2.5. Dependendo da data de ingresso no quadro de pessoal do DF, são averbáveis para aposentadoria e/ou adicionais, os tempos públicos a seguir relacionados, sendo computáveis para ambas finalidades quando o ingresso do servidor em cargo público efetivo distrital for anterior à vigência da Lei nº 8.112/90, e, apenas para aposentadoria, caso contrário (Processo TCDF nº 0410/95, S.O. nº 3121, de 31.10.95, Processo TCDF nº 4942/94, S.O. nº 3141, de 29.02.96 e Enunciado nº 80 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF):

- Federal, estadual e municipal

- (...)

- de aluno médico interno, bolsista de iniciação científica do CNPq e médico estagiário admitido em instituição filantrópica de prestação de serviços de saúde. No Processo de consulta formulada pela FHDF, nº 3402/98 (Decisão nº 10.663, de 10.12.98 – SO nº 3387), o Tribunal decidiu "sobre a possibilidade da averbação de tempo de serviço prestado na condição de aluno médico interno, bolsista de iniciação científica do CNPq e médico estagiário admitido em instituição filantrópica de prestação de serviços de saúde":

"I – o tempo de serviço prestado como aluno médico interno, considerado, no caso, aluno aprendiz, poderá ser averbado:

a) para todos os efeitos, desde que, conforme reiteradas decisões desta Corte, o servidor tenha sido admitido em quadro de pessoal do Distrito Federal, suas autarquias ou fundações, antes da vigência local da Lei nº 8.112/90; 1 - o tempo de aluno médico interno seja também anterior à vigência, no Distrito Federal, da referida lei; 2 - o serviço tenha sido prestado, de forma não eventual, a órgão ou entidade; entidade pública, mediante comprovada retribuição pecuniária à conta de dotação orçamentária específica, admitindo-se essa retribuição sob a forma de alimentação e uniforme; 3 - o tempo seja comprovado por certidão específica expedida por órgão ou entidade pública ao qual o serviço tenha sido prestado;"

Encaminho o ato após cumprimento da Decisão n. 3.083/2018 do TCDF."

5. No processo eletrônico nº 6.592/2018 não consta resposta à presente diligência.

6. Sobre a presente diligência, observou-se, então, que o órgão informa que o tempo averbado de origem federal do tipo "Empresa pública ou sociedade de economia mista - Celetista", no período de 01/01/1968 a 31/12/1968 (366 dias), constante na aba "Tempos", foi indicado para ATS por se tratar de tempo exercido na função de aluno médico interno, nos termos do item 2.5, Capítulo 2, Título VIII, da Resolução nº 299/2016 - Manual de Concessões Cíveis – TCDF.

7. Em consulta ao SINJ-DF, observou-se que o mencionado período foi averbado, consoante DODF de 24/11/1999, como prestado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Hospital Universitário Pedro Ernesto.

8. Dessa forma, deve o ato retornar ao órgão jurisdicionado, em diligência, para esclarecer a origem e o tipo do tempo averbado no período de 01/01/1968 a 31/12/1968 (366 dias), em virtude de constar na aba "Tempos" a origem federal e o tipo "Empresa pública ou sociedade de economia mista - Celetista", e no DODF de 24/11/1999 constar que o tempo foi prestado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Hospital Universitário Pedro Ernesto, que seria, portanto, de origem estadual, e, se for o caso, providenciar os ajustes necessários na aba "Tempos" do SIRAC.

9. Além disso, considerando se tratar de tempo prestado como aluno médico interno, como informado, sugere-se, nos termos da Decisão nº 10.663/1998 (proferida no processo nº 3.402/98), que seja juntada à aba “Anexos e Observações” cópia da certidão de tempo de serviço que deu origem à averbação do período mencionado no parágrafo anterior.

10. Em razão do exposto, sugere-se:

I) considerar parcialmente cumprida a diligência contida na Decisão TCDF nº 3.083/2018; e
II) determinar o retorno do ato ao jurisdicionado, em diligência, para que no prazo de 60 (sessenta) dias adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, no sentido de:

a) esclarecer a origem e o tipo do tempo averbado no período de 01/01/1968 a 31/12/1968 (366 dias), em virtude de constar na aba “Tempos” a origem federal e o tipo “Empresa pública ou sociedade de economia mista - Celetista”, e no DODF de 24/11/1999 constar que o tempo foi prestado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Hospital Universitário Pedro Ernesto, que seria, portanto, de origem estadual, e, se for o caso, providenciar os ajustes necessários na aba “Tempos” do SIRAC; e

b) juntar à aba “Anexos e Observações” cópia da certidão de tempo de serviço que deu origem à averbação do período mencionado no item anterior.

À Consideração Superior.

Brasília, 27 de Março de 2019

JAMILE MEDEIROS FON - Mat. nº 15528

SIRAC - Sistema de Registro de Admissões e Concessões - 11:56:50 - 26/04/2019